



MACROECONOMIA E DINAMISMO REGIONAL: APONTAMENTOS SOBRE OS NOVOS DETERMINANTES E AS INTERPRETAÇÕES RECENTES.

Guilherme C. L. A. Lopes¹
Fernando Cezar de Macedo²

RESUMO: O presente trabalho apresenta diferentes interpretações acerca do movimento de desconcentração produtiva regional e da articulação territorial no atual padrão de reprodução do capital. Diante da exportação de commodities e bens semimanufaturados como variável dinâmica da economia brasileira no século XXI, o texto tem como hipótese que o país passa por um processo de inserção comercial externa passiva, pautada por uma transformação da base produtiva no sentido da especialização regressiva e (re)primarização da pauta exportadora. Se conclui que entre os novos determinantes regionais se sobrepõe a tendência da fragmentação produtiva. Para tal, se utiliza o método histórico-estrutural aplicado à análise regional, com base nas obras seminais de Wilson Cano.

Palavras-chave: Desconcentração Produtiva; Articulação Regional; Organização Socioespacial.

ABSTRACT: The paper presents different interpretations regarding the movement of regional productive deconcentration and territorial articulation in the current pattern of capital reproduction. Given the export of commodities and semi-manufactured goods as a dynamic variable in the Brazilian economy in the 21st century, the text hypothesizes that the country is undergoing a process of passive external commercial insertion, characterized by a transformation of the productive base towards regressive specialization and (re)primarization of the export agenda. It is concluded that among the new regional determinants, the tendency of productive fragmentation prevails. To this end, the historical-structural method is used in the regional analysis, based on the seminal works of Wilson Cano.

Keywords: Productive deconcentration; regional articulation; socio-spatial organization.

1 Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)/Campus do Sertão. Unidade de Santana do Ipanema. Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). *E-mail:* <guilherme.cla.lopes@gmail.com>.

2. Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). *E-mail:* <fcmacedo@unicamp.br>.



1. Introdução

No século XXI, a economia brasileira vem passando por um intenso processo de modificação de sua base de acumulação, com um peso crescente do comércio exterior concomitante com a perda de densidade do tecido produtivo brasileiro. Na esteira desse fenômeno, se agudiza a especialização regressiva da pauta produtiva e exportadora nacional à medida que a montagem do parque industrial, interrompida desde os anos 1980, não se renova frente à concorrência internacional, o que Cano (2012) chama de “reprimarização da pauta exportadora”.

Nesse quadro as exportações de commodities e produtos semimanufaturados ligados ao processamento de recursos naturais agropecuários e minerais de baixo valor adicionado modelam a reestruturação produtiva nacional e regional. As atividades e territórios agroexportadores de caráter mais interiorizado, notadamente as regiões das fronteiras agrícolas e extrativas de produção no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, emergem como novas territorialidade dinâmicas dessa base produtiva.

Diante dessas mudanças uma das questões vigentes diz respeito ao comportamento das articulações produtivas regionais e ao direcionamento da desconcentração produtiva nacional no atual padrão de reprodução do capital. Para esboçar uma resposta ao problema, o atual trabalho tem o objetivo de analisar as diferentes interpretações e os múltiplos vetores que compõem as novas e complexas determinações regionais e urbanas no Brasil. O texto observa que o país passa por um processo de inserção comercial externa passiva, no qual fatores condicionados pela exportação de vantagens comparativas reforçam dinâmicas exportadoras de espaços sub-regionais periféricos, que, por conseguinte, promovem a articulação regional danosa aos princípios da cooperação federativa, apresentando tendências de fragmentação sobre a articulação regional.

Para realizar o trabalho se utiliza do método histórico-estrutural aplicado à análise regional, com abordagem qualitativa, através da utilização de pesquisas bibliográficas, e quantitativa, com uso de estatística descritiva.



2. Ciclo de Acumulação do Capital e Modelo Macroeconômico:

O desmonte do arranjo institucional de Bretton Woods no início dos anos 1980 e o movimento de liberalização financeira macroeconômica sucedido nos anos 1990 provocaram o abandono do ciclo de acumulação do capital nacional-desenvolvimentista. Com isso, se expressa um novo padrão com o Estado nacional alinhado e subordinado aos interesses do capital. Esse movimento reflete o aumento do poder das transnacionais sobre decisões estratégicas do país de quanto, quando e onde investir (CANO, 2008).

Nestes termos, Maricato (2008, pag.55) sintetiza: “os Estados não foram diminuídos como fez crer o ideário neoliberal, mas se adaptaram às exigências das grandes corporações e do capital financeiro”. O Estado torna-se cada vez mais refém das condições macroeconômicas conjunturais e de passividade tributária e fiscal para atração ao capital externo, como a promoção da “guerra-fiscal”, cuja contrapartida é bastante questionável como lembra Lopretato (2013).

A resignificação do papel do Estado resulta da emergência de uma nova etapa histórica do padrão de reprodução do capital, o que Osório (2012 a e 2012b) chama de “padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva” (PRCEEP). Tal padrão de reprodução nos países latino-americanos periféricos, subdesenvolvidos e dependentes, como o Brasil, tem seu ritmo atrelado ao mercado internacional de commodities, na exportação dos produtos agro minerais.

Tal padrão representa uma inserção subordinada e/ou passiva do Brasil na nova divisão internacional do trabalho (DIT), que ocorre via produtos que operam com maiores vantagens comparativas no mercado externo, ou seja, aquelas que dispõem de fatores de produção abundantes (terra e trabalho). Segmentos onde se é possível expandir as fronteiras de acumulação sem necessariamente promover novos arranjos (ou conflitos) na composição orgânica do capital, aquilo que Tavares (2000) chamou de “fuga pra frente” do processo de acumulação nacional.

A nova DIT é composta pelas chamadas “Cadeias Globais de Valor” (CGV). As CGV são uma rede internacionalizada da produção integrada por diferentes países e empresas, que realizam etapas fragmentadas desse processo produtivo. A configuração dessa rede é marcada por intensa desconcentração geográfica, mas não das estruturas de mercado. Ou seja, a formatação da rede pode ser visualizada como uma pirâmide hierarquizada e assimétrica. No “topo” há uma concentração e centralização de poucas empresas situadas



nos países centrais que detêm o comando das atividades de maior valor adicionado. Já na “base” estão as empresas que realizam as funções periféricas como a manufatura e serviços de baixa e média-baixa tecnologia, localizadas em países igualmente periféricos (BREDA, 2020).

Nessa rede, segundo Palma (2009), os países Latino-Americanos se articularam de acordo com as recomendações dos planos e programas dos organismos multilaterais (como Objetivos do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas; Rodada de Doha para o Desenvolvimento (DDA) e da Organização Mundial do Comércio), se especializando na produção de atividades primárias e de matérias-primas onde já possuía prévia vantagens comparativas de produção, portanto inseridos de modo passivo ou subordinado na DIT.

Borghi (2015) lembra que com as exportações voltadas para a produção de produtos primários, o Brasil aumentou sua competitividade em produtos cada vez mais marginais no comércio internacional, perdendo gradativamente competitividade externa. Internamente, a incorporação assimétrica do progresso técnico e a manutenção dos entraves do desenvolvimento reforça a heterogeneidade estrutural e produtiva entre os setores produtivos. Isso significa uma indústria de baixos investimentos e pouca produtividade, baseada em atividades com abundância de recursos naturais ou intensivas em trabalho³, pouco comprometida com a geração de economias de escala de produção e baixo estímulos a processos endógenos de inovação, restrita em termo de potencial técnico-produtivo.

Para Lélis, Cunha e Linck (2019), a economia brasileira esteve cada vez mais atrelada às variáveis do cenário externo e na dependência do fluxo de divisas de capitais internacionais, o que sancionava uma dinâmica econômica volátil e suscetível às variações abruptas nos preços das *commodities*. Assim, se entende que prevaleceram às exportações como papel de principal variável dinâmica da atividade econômica nacional, indutora da demanda efetiva interna e do comportamento do ciclo de gastos, de arrecadação e de produção.

Vale lembrar que a adoção do tripé macroeconômico monetarista-ortodoxo em 1999, fundamentado a partir do “novo consenso macroeconômico”⁴, reforçou a posição

³ Segundo dados trazidos por IPEA (2018), a participação de manufaturas na pauta exportadora brasileira baixou de 60% para 37% em menos de duas décadas, e a produtividade do trabalho no setor industrial é hoje inferior ao patamar registrado em 1995.

⁴ De acordo com Paula e Saraiva (2015, pag 22): “o Novo Consenso Macroeconômico (NCM) é a nova síntese da teoria macroeconômica convencional, tal como a “síntese neoclássica” dos anos de 1950, porém a política monetária torna-se o principal instrumento de política econômica, ao passo que as demais políticas (fiscal, cambial, financeira, etc.) tornam-se subordinadas aos objetivos de estabilização do produto e principalmente da inflação”. Os autores observam então que para o NCM, uma taxa de inflação baixa e estável é condição vital para o crescimento econômico de longo prazo, o que se traduz politicamente na adoção do regime de meta de inflação como a melhor prática de política monetária.



subordinada na DIT. Isso porque suportou a contração dos investimentos públicos pela busca do superávit fiscal primário, inibiu o crescimento econômico dado o cumprimento das restritivas metas de inflação e reduziu a competitividade externa da indústria nacional por renunciar a política cambial ao adotar a livre flutuação do câmbio. (NASSIF, 2015).

O tripé subordinou e ajustou a política fiscal, cambial, financeira e industrial ao único objetivo da política monetária de controle da taxa de inflação, conforme apontam Oreiro e Paula (2021). Ao convergir as diferentes políticas econômicas em um único sentido de manejo da baixa taxa de inflação, a agenda macroeconômica contratou uma série de medidas restritivas aos países, com maior impacto negativo sobre a estrutura de oferta industrial nacional. A unidade do macroeconômica se manteve a despeito de diferentes agendas de políticas econômicas⁵ adotadas pelos governos no século XXI e serviu como fio condutor da reestruturação da base produtiva nacional e regional.

É enfatizado, portanto, que no século XXI a economia brasileira vem passando por um intenso processo de reestruturação de sua base de acumulação, com um peso crescente do comércio exterior à sua dinâmica concomitante com a perda de densidade do tecido produtivo brasileiro, o que Cano (2012, 2014) identificou como o processo da desindustrialização precoce ou negativa. A tese de Morceiro (2019) constata empiricamente a perda do valor agregado da produção industrial brasileira ao demonstrar que entre 1981 e 2017, a relação do Valor Adicionado Manufatureiro/PIB saiu de 20,7% para 11,8% no período. Macedo (2023) pontua ainda que a desindustrialização se expressa também por meio do aumento dos coeficientes de importações setoriais com a substituição de fornecedores nacionais por estrangeiros, representando um enfraquecimento, quando não uma verdadeira quebra dos elos das cadeias produtivas nacionais.

Na **tabela 1.1** fica evidenciado a perda relativa da indústria para a economia brasileira e o movimento de especialização regressiva da pauta produtiva nacional através da análise da estrutura setorial da produção por participação relativa do VAB.

Tabela 1.1- Brasil: Estrutura Setorial da Produção por participação relativa no Valor Adicionado Bruto Corrente.

Setores	Ano
---------	-----

5 Na experiência prática, se observa na literatura que em pouco mais de três décadas foram gestadas quatro diferentes políticas econômicas: o neoliberalismo econômico de FHC (1995-2002), o modelo Neodesenvolvimentista dos governos Lula (2003-2010), a Nova Matriz Econômica no primeiro mandato da presidenta Dilma Rouseff (2011-2014) e as políticas da austeridade fiscal que vigoram do segundo mandato de Dilma Rouseff até Jair Bolsonaro.



	2000	2006	2010	2014	2020
Agropecuária	5,5%	5,1%	4,8%	5,0%	6,6%
Indústria	26,7%	27,7%	27,4%	23,8%	22,5%
Indústrias extrativas	1,4%	3,5%	3,3%	3,7%	2,9%
Indústrias de transformação	15,3%	16,6%	15,0%	12,0%	12,3%
Eletricidade e gás, água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos	3,1%	3,2%	2,8%	1,9%	3,2%
Construção	7,0%	4,3%	6,3%	6,2%	4,1%
Serviços	67,7%	67,2%	67,8%	71,2%	70,9%
Comércio	8,1%	11,2%	12,6%	13,6%	12,5%
Transporte, armazenagem e correio	3,7%	3,4%	4,3%	4,6%	4,1%
Informação e comunicação	4,3%	4,3%	3,8%	3,4%	3,6%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6,8%	7,2%	6,8%	6,4%	6,9%
Atividades Imobiliárias	12,2%	8,9%	8,3%	9,3%	9,9%
Outras atividades de serviços	16,9%	15,8%	15,7%	17,4%	16,4%
Adm., defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	15,7%	16,3%	16,3%	16,4%	17,4%

Fonte: IBGE/SCNT. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 23/02/2023. Elaboração própria.

Se percebe que entre os setores a queda mais acentuada foi da indústria, quando saiu de uma participação de 26,7% para 22,5% do VAB setorial entre 2000 e 2020. Uma modificação qualitativa a destacar dentro desse declínio é a perda gradativa da participação da indústria de transformação, de 15,3% para 12,3% no período. Já a indústria extrativa praticamente dobra sua participação de 1,4% para 2,9%. Por outro lado, a agricultura cresce 1,1 p.p e o serviços aumentam 3,2 p.p. É indicado uma mudança na base de acumulação, lenta, porém crescente e contínua em sentido de especialização da pauta produtiva, tanto pelo enrijecimento da indústria de transformação, como crescimento da indústria extrativa, da agricultura e dos serviços de baixa remuneração, com esse último possuindo predomínio nas atividades econômicas nacionais.

A **tabela 1.2**⁶ sobre a participação do VTI por “fatores competitivos”⁷ qualifica a discussão sobre a reestruturação industrial nacional. Os setores baseados em recursos naturais obtiveram o maior crescimento em pontos percentuais (p.p) no período, de 53,6% do VTI industrial em 2007 para 58,3% em 2020, enquanto todos os demais tiveram perda de

6 No período analisado (1996-2018) houve uma quebra da série da CNAE, de modo que foi necessário da compatibilizar os setores da CNAE 1.0 com os setores da CNAE 2.0 por meio da tabela de harmonização disponibilizada pelo IBGE.

7 Segundo Monteiro Neto, Silva e Severian (2020a, 2020b), tal taxinomia busca categorizar os setores industriais e expressa a internalização de padrões de intensidade tecnológica em grupos ou ramos da indústria. Ou seja, essa tipologia industrial permite qualificar o tipo de indústria predominante e o grau de desenvolvimento das forças produtivas de cada país ou região.



participação- com exceção da indústria diferenciada que cresceu sua participação, mas com peso pouco significativo.

Tabela 1.2 – Brasil - Participação do Valor de Transformação Industrial (VTI) por fator competitivo

Por Fator Competitivo	2007	2010	2014	2018	2020
Recursos Naturais	53,6%	52,7%	54,7%	55,7%	58,3%
Intensivo em Trabalho	13,7%	16,4%	15,7%	13,1%	11,5%
Intensivo em Escala	27,5%	25,1%	24,1%	26,4%	25,4%
Diferenciada	1,9%	2,5%	2,3%	2,3%	2,7%
Baseado em Ciência	3,3%	3,3%	3,3%	2,5%	2,1%

Fonte: IBGE-PIA. Adaptado a partir de Monteiro Neto, Silva e Severian (2020a). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=resultados>. Acesso em: 23/02/2023.

Chama atenção que em 2020 mais da metade do VTI brasileiro estava concentrado somente no setor baseado em recursos naturais e se somado com o fator intensivo em trabalho temos que praticamente 70% do VTI estão concentrados nesses dois segmentos de menor valor adicionado. A centralização indica a deterioração contínua do tecido industrial brasileiro e sua especialização regressiva, baseada cada vez mais em setores com abundância de recursos naturais e exploração da mão de obra barata.

No cômputo geral, os dados apontam para o contínuo movimento regressivo da indústria e da economia nacional, especializada em setores de baixa incorporação do progresso técnico, cuja produtividade está ancorada em atividades extrativistas e agropecuários de baixa complementariedade inter e intra setorial. Esse quadro de desestruturação da ossatura industrial brasileira se manifesta também sobre as esferas produtivas regionais

3. Novos determinantes regionais e urbanos.

As mudanças na economia derivados do modelo macroeconômico ortodoxo/monetarista tem respaldo nos rumos da organização socioespacial brasileira e do padrão de articulação regional neste século XXI. Na **tabela 1.4** sobre a participação regional do PIB brasileiro e suas taxas de crescimento, se percebe que as regiões periféricas foram aquelas que mais ganharam participação e crescimento no período de 2002 a 2020.

Os dados demonstram o dinamismo atrelado a regiões periféricas, cujos vetores de expansão perpassam por estímulos à produção e exportação de produtos minerais e agropecuários. Essas regiões periféricas ganham papel importância na economia nacional a partir do invólucro estrutural da desindustrialização e desestruturação das bases de



expansão do mercado interno. Isso ativa outras localidades geográficas dinâmicas fora do escopo industrial-metropolitano do ciclo de acumulação nacional-desenvolvimentista, apontando então para uma tendência de desconcentração produtiva e demográfica, adicionando novas determinações regionais e urbanas no período recente.

Tabela 1.4: Brasil- Participação no Produto Interno Bruto (%). (R\$ de 2020)

Anos	2002	2006	2010	2014	2018	2020	Taxa de crescimento a.a (2002-2020)
Norte	4,7%	5,0%	5,3%	5,3%	5,5%	6,3%	3,6%
Nordeste	13,1%	13,2 %	13,5%	13,9%	14,3%	14,2 %	2,4%
Sudeste	57,4%	57,7 %	56,1%	54,9%	53,1%	51,9 %	1,4%
Sul	16,2%	15,6 %	16,0%	16,4%	17,1%	17,2 %	2,3%
Centro-Oeste	8,6%	8,4%	9,1%	9,4%	9,9%	10,4 %	3,0%
Brasil	100%	100%	100%	100%	100%		2,0%

Fonte: IBGE/SCR. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em 24/02/2023. Elaboração própria.

Nota: Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB.

O Norte registrou o maior crescimento do PIB no país (3,6% a.a) a partir de algumas frentes de crescimento: i) baseadas nas políticas de investimento em infraestrutura de transportes e energia que são eixo de expansão da economia nacional e também maior vinculação com o mercado externo; ii) no crescimento induzido pela demanda mundial de *commodities* agrominerais; iii) por ser lócus de investimentos pontuais de grandes obras de extração e beneficiamento de recursos naturais e insumos básicos (BRANDÃO, 2019).

O Centro-Oeste teve o segundo melhor desempenho (3,0% a.a) graças ao ciclo de alta nos preços das *commodities*, à instalação do moderno complexo agroindustrial (principalmente no setor da fabricação de produtos alimentícios) e ao setor de fabricação de celulose, papel e produtos de papel. Nos anos 2000 a estrutura técnica produtiva do Centro-Oeste pôde combinar as importações de equipamentos e maquinário de última geração com as vantagens competitivas da agroindústria brasileira (ampla disponibilidade de terra, clima e solos férteis e mão de obra barata), o que resultou em técnicas e processos produtivos modernos, um sistema agropecuário *high tech* e o aumento da produtividade e da produção (PIRES, 2021); (PIRES *et al*, 2022). A região é também um vetor da desconcentração produtiva regional a partir daquilo que Macedo (2010) coloca como território impactado e (re)definido pela evolução da fronteira agropecuária, cuja articulação se dá em maior intensidade com o comércio internacional do que ao mercado interno.



O Nordeste obteve crescimento de 2,4% a.a, acima da média nacional (2,0% a.a). Para Araújo (2017), o crescimento está vinculado com as políticas sociais, descentralização e interiorização do serviço público (assistência, saúde e educação), políticas de transferência de renda, expansão do crédito, valorização do salário mínimo e garantias da Constituição de 1988. Fatores esses que promoveram a inserção de grande contingente populacional nos circuitos de consumo e dinamizaram as atividades produtivas. Além disso, adicionamos que o crescimento do NE está também relacionado com a expansão do setor agroindustrial moderno (expresso no setor da fabricação de produtos alimentícios), notadamente na região do MATOPIBA.

O Sul teve crescimento de 2,3% a.a, acima da média nacional, mas atrás das regiões periféricas. De acordo com os dados da PIA, a expansão foi possível pela indústria extrativa, notadamente na produção do carvão mineral. Já o Sudeste apresentou o pior resultado do país (1,4% a.a), embora concentre ainda mais da metade do VTI brasileiro. Por ser sede de grande parte das indústrias o impacto do processo de desindustrialização foram maiores na região, resultando no baixo desempenho econômico.

Em suma, os destaques positivos do resultado industrial vão para as regiões periféricas do país. Por outro lado, as macrorregiões com piores resultados são aquelas ditas tradicionais, notadamente o Sudeste. Macedo (2023) coloca que a indústria e a dinâmica nacional se direcionam para as fronteiras agrícolas e minerais das regiões periféricas do país, fora das áreas metropolitanas, o que caracteriza o processo em voga de desconcentração produtiva industrial fruto dessa estrutura industrial mais rígida (menos diversificada) e de menor grau de complexidade tecnológica e sofisticação produtiva.

A **tabela 1.5** apresenta dados sobre a variação dos principais PIB estaduais e as cinco maiores e menores taxas de crescimento do PIB no período de 2002 a 2020.

Tabela 1.5- Taxas de crescimento estadual do PIB (2002-2020).

Maiores PIBs por Estado				Taxas de Crescimento Estadual do PIB (2002-2020).			
2002		2020		Cinco Maiores		Cinco Menores	
UF	% PIB	UF	% PIB	UF	Crescimento (em %)	UF	Crescimento (em %)
São Paulo	34,9%	São Paulo	31,2%	Mato Grosso	5,4%	Distrito	1,8%



Rio de Janeiro	12,4%	Rio de Janeiro	9,9%	Tocantins	4,7%	Federal Rio Grande do Sul	1,6%
Minas Gerais	8,3%	Minas Gerais	9,0%	Pará	4,6%	São Paulo	1,4%
Rio Grande do Sul	6,6%	Paraná	6,4%	Piauí	4,5%	Sergipe	1,1%
Paraná	5,9%	Rio Grande do Sul	6,2%	Mato Grosso do Sul	4,1%	Rio de Janeiro	0,7%
Total Maiores Estados	68,1%	Total Maiores Estados	62,7%				
Demais Estados	31,9%	Demais Estados	37,3%				

Fonte: IBGE/SCR. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 24/02/2023. Elaboração própria.

Nota: Deflator Utilizado: Deflator Implícito do PIB.

Os estados que ocupavam as cinco primeiras posições do PIB estadual em 2002 são os mesmos em 2020, onde estão instaladas as grandes plantas industriais com maior escala, escopo e mão de obra mais qualificada. Apesar de se manterem no topo da produção, esses estados perdem participação sobre o agregado nacional, saindo de 68,1% em 2002 para 62,7% em 2020, uma queda de -5,4 p.p. Esses estados são também alguns dos menos dinâmicos do país, ou seja, com menores taxas de crescimento (SP, RJ e RS), e nenhum dos estados no topo fazem partes daqueles com maior taxa de crescimento no período.

Enquanto isso os “demais estados” passam a ter maior participação na distribuição regional do PIB, saindo de 31,9% para 37,4%. Entre os cinco estados com maior taxa de maior crescimento do PIB dois são do Centro-Oeste (MT, MS), dois do Norte (TO e PA) e um do Nordeste (PI), todos da área periférica onde se inclui os “demais estados”. A expansão verificada é atrelada à expansão da demanda mundial por *commodities* agrícolas e minerais.

O crescimento nessas áreas representa a concretude material e espacial de um novo vetor dinâmico sobre as determinações regionais e urbanas, atreladas a emergentes territórios vinculados com o processo de expansão das fronteiras agrícolas e minerais e aos setores exportadores de *commodities* e produtos semimanufaturados ligados ao processamento de recursos naturais.

A montagem da infraestrutura também vai reforçando, pavimentando e acompanhando a desconcentração produtiva para regiões periféricas do país. Lessa (2009) atesta que a infraestrutura vai sendo construída e direcionada à exportação das produções regionalizadas de baixo valor adicionado como *commodities*. A participação do Estado é



fundamental nesse processo, pois, como coloca Macedo (2015), a infraestrutura é um tipo de investimento que apresenta baixa elasticidade de oferta, longo prazo de maturação, baixa rentabilidade, volumosos recursos e irreversibilidade e indivisibilidade, o que cria dificuldades para entrada do setor privado. Exemplo disto são os vários planos e programas de infraestruturas⁸ que, em síntese, tem como objetivo o reforço à inserção externa competitiva das áreas dinâmicas do território nacional ao mercado internacional, especialmente as partes não metropolitanas do Norte, Centro-Oeste e do Cerrado Nordeste. Lopes e Macedo (2023) e Lopes, Macedo e Monteiro Neto (2022) incrementam que os fundos públicos, via os fundos constitucionais de financiamento, estão sendo modificados para atenderem os segmentos de infraestrutura, principalmente naqueles espaços sub-regionais de predomínio das atividades exportadoras. A orientação da construção da infraestrutura territorial expressa materialmente a desconcentração produtiva que segue o novo padrão de reprodução do capital, conectado diretamente a economia local ao mercado internacional.

Assim, há em vigor a emergência de novos determinantes mais afastados do antigo “core” industrial do padrão de acumulação nacional-desenvolvimentista. Um processo de desconcentração produtiva vinculado com a inserção subordinada ou passiva do país na DIT e o crescente peso dos setores exportadores baseado em *commodities* e recursos naturais da economia brasileira.

4. Interpretações sobre a desconcentração ou reconcentração produtiva regional.

Para Cano (2008, 2011), desde a mudança no padrão de acumulação nos anos 1980 a desconcentração produtiva regional é regida pela danosa guerra fiscal entre os estados e municípios, por deslocamentos da produção em novas áreas (periferia nacional) em busca das exportações regionalizadas de *commodities*, alimentos e bens semimanufaturados, e pela queda acentuada de São Paulo por ser o centro da indústria nacional. O autor chama esse processo de “desconcentração espúria” que não provém de uma integração do território nacional ou fomento ao mercado interno, mas um movimento atrelado a segmentos de baixo conteúdo tecnológico, pouco valor adicionado e parca articulação inter-regional e setorial.

A partir da base analítica construída pelo autor foram elaboradas novas vertentes interpretativas no campo estruturalista sobre as determinações regionais e urbanas no

⁸Como o Programa Nacional de Logística e Transporte - PNLT, o PAC 1, o PAC 2, o Programa Integrado de Logística – PIL e o PIL 2, além da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID).



período pós 1990. No intuito de agrupar essas contribuições, o presente texto realiza um esforço de agrupar as interpretações segundo suas “ideias-força”, que compreendem o cerne de suas pesquisas. São identificados quatro diferentes linhas de interpretações que derivam em grande parte dos estudos de Cano. Vejamos cada uma delas:

I) “Desenvolvimento Poligonal” e a Reconcentração espacial na área tradicional.

Esta linha interpretação provém de Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996), quando apontaram que a desconcentração industrial é limitada e concentrada por novos polos de crescimento que abrangem a dinâmica industrial brasileira, formado pelos municípios de Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos. Essas cidades compõem a área do “desenvolvimento poligonal” e atraem a indústria de transformação por predispor de um conjunto de fatores favoráveis à atração do capital. A área poligonal significa que o ordenamento territorial da indústria brasileira não é mais concentrado somente na região metropolitana de São Paulo, que já havia atingido seu ápice, mas expandido para esse entorno, que, na verdade, representa o reforço onde o capital industrial já tinha se instalado, configurando, no máximo, um padrão de desconcentração concentradora.

Alguns pesquisadores como o próprio Diniz (2019) e Abdal (2017), reafirmam e dão novos contornos à tese da reconcentração industrial e do desenvolvimento poligonal. Esta linha de interpretação enxerga as mudanças advindas do paradigma produtivo tecnoinformacional como propícias à reconcentração espacial do parque industrial na área do desenvolvimento poligonal, pois seria a única apta no Brasil a receber os fluxos internacionais de capitais de maior densidade econômica e tecnológica da moderna indústria 4.0. A área poligonal tem conexão instantânea do território à globalização produtiva e financeira, com intensa fluidez no seu espaço geográfico para atração, ainda que volátil, de investimentos externos e empresas de alta tecnologia.

Os vetores de desconcentração produtiva fora da área poligonal movidos por atividades extrativas, agrícolas e de bens de consumo não duráveis, não são potentes o suficiente ao ponto de promover uma nova territorialidade para as indústrias de grande porte no Brasil, visto sua baixa capacidade de complementariedade setorial e regional. Assim, os autores supracitados situam esta área poligonal como principal vetor da dinâmica regional e urbana brasileira por ser sede das indústrias mais complexas e modernas.

II) Desconcentração produtiva a partir de São Paulo.



Nesta linha temos como principais expoentes as pesquisas de Monteiro Neto e Silva (2018), Monteiro Neto, Silva e Severian (2020a, 2020b), pesquisadores vinculados ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os autores verificam que há um lento, fraco e contínuo padrão de desconcentração produtiva regional, marcado pelo processo de desindustrialização e diminuição do tecido industrial nacional. Essa linha coloca que a desconcentração da produção parte de São Paulo, com transferência da dinâmica industrial paulista para dois novos vetores: as atividades industriais ao norte do estado paulista, o vetor norte; e as atividades industriais ao sul de São Paulo, o vetor sul.

O vetor norte, em direção ao Sudeste (Minas Gerais) e Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), tem maior impulsão pelas atividades atreladas ao crescimento da demanda mundial por *commodities* minerais e agrícolas. Uma desconcentração da indústria ligada às vantagens competitivas do país no comércio exterior. Nessa linha, Pires (2021) coaduna com os autores ao enxergar um contínuo deslocamento produtivo paulista para o estado goiano especialmente.

O vetor sul é composto pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde a desconcentração da indústria de transformação é mais intensa, destacando-se atividades com maior intensidade tecnológica, produtiva e valor agregado. A maior captação dos segmentos mais qualificados neste vetor estaria atrelada ao tamanho do mercado, o nível de renda per capita, o nível de qualificação da força de trabalho local e por possuir uma melhor rede de infraestrutura urbana, de transportes e de comunicações.

Monteiro Neto, Silva e Severian (2019), atualizando o conceito criado por Diniz (1993) da Aglomeração Industrial Relevante (AIRs), evidenciam também a tendência da desconcentração territorial para áreas não tradicionais. Os pesquisadores encontraram um número considerável de novas AIRs para as regiões periféricas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), de pouca tradição com indústrias de grande porte, de modo que novos espaços regionais se tornaram locais de expansão das atividades industriais, reforçando a tendência da desconcentração produtiva no período recente, ainda que, bem verdade, as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) concentrem as atividades de maior valor adicionado.

III) Desconcentração produtiva com coesão social regional em bases constitucionais.

Neste grupo temos como principal expoente a economista pernambucana Tânia Bacelar de Araújo (2013, 2014) e Araújo (2017). A base dessa interpretação se baseia no arranjo normativo e institucional da Constituição Federal de 1988 (CF/88) como crucial para a desconcentração produtiva regional. A CF/88 articula as políticas universais de saúde,



educação e assistência, o sistema federativo, as políticas setoriais e os instrumentos de financiamento de bancos públicos em prol das regiões mais vulneráveis, promovendo maior dinamismo nas áreas periféricas. Constitui assim um federalismo de bem-estar social e integração nacional virtuosa.

É com a retomada do crescimento econômico e implementação do modelo social-desenvolvimentista nos anos 2000 que se restabelecem os princípios de universalidade da CF/88 e se revigora o lento e contínuo processo de desconcentração produtiva e integração baseada na coesão regional. Isso porque as medidas de estímulos⁹ associadas a esse modelo econômico incentivaram os investimentos por parte do setor público e promoveram o aumento na renda líquida disponível e o consumo em massa nas áreas periféricas, onde é maior a propensão marginal ao consumo.

Isto é, com a incorporação de um grande contingente populacional no mercado de consumo em massa nos anos 2000 se promovia o processo de desconcentração produtiva regional pelo gasto público, contando com certa coesão social e regional amparado pela rede de seguridade social da CF/88. As regiões periféricas historicamente defasadas em relação do Centro-Sul do país passaram por mudanças qualitativas importantes e começaram também a ser sedes do dinamismo econômico nacional.

Portanto, para essa linha, o principal vetor de desconcentração produtiva regional e de novas determinações regionais e urbanas está atrelado às garantias da CF/88 e o reaquecimento do mercado interno anos 2000 alavancado por programas do governo federal de corte setorial e social, que regionalmente se diferenciavam no impacto sobre a renda familiar e a estrutura de consumo local. Essas medidas formariam um conjunto de políticas “implícitas”¹⁰ que promoveriam modificações na dinâmica regional brasileira.

IV) “Fragmentação” regional e a desconcentração produtiva

9 Esses estímulos ocorreram via políticas de transferência direta de renda (Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPCs); pela política de aumento real do salário mínimo; pela recomposição da previdência rural; pela expansão do crédito; pelo aumento da formalização do emprego; a política de interiorização das instituições de ensino superior; políticas de universalização do SUS; pelos investimentos públicos em infraestrutura social e econômica (Minha Casa Minha Vida, PAC); entre outras políticas sociais e setoriais (Pronatec, Pronaf, Prouni). Medidas e planos que geraram maior dinamismo em áreas mais interiorizadas, especialmente as cidades médias do Norte e Nordeste, com instalação e ampliação de indústrias de alimentos e bebidas, de bens de consumo não duráveis e duráveis, de avanço do setor da construção civil, além do aumento no fluxo comercial atacadista e varejista com a vinda de grandes redes de supermercado e os *shoppings centers* em busca dos novos consumidores (ARAÚJO, 2017).

10 Vale a ressalva de que, a despeito de ser necessário mencionar o que se delimita como políticas implícitas e explícitas na literatura regional brasileira, Macedo e Porto (2018), lembram que a discussão entre essas duas políticas pode cair em um panorama reducionista que encobre o debate sobre a política econômica que as rege. Isto é, as políticas territoriais (regionais e/ou urbanas) estão na verdade subjugadas dentro do plano macroeconômico ortodoxo, de modo que implícitas ou explícitas, as políticas são regidas por um só sentido de acumulação e direcionamento macroeconômico.



Esta linha de pesquisa segue alguns dos pressupostos inicialmente elaborados por Pacheco (1998) e reforçados por Macedo (2010, 2015, 2023). Os autores advogam a desconcentração industrial e o reordenamento territorial induzidos pelo comércio exterior, que, por sua vez, está estruturado com base na inserção passiva do país na DIT por meio dos setores com maiores vantagens competitivas. As regiões passaram a adequar sua produção de acordo com a demanda externa, transformando as estruturas produtivas e reforçando as especializações regionais, gerando “ilhas de produtividade” ao mesmo tempo em que a economia nacional se via estagnada.

Assim vai-se perdendo os marcos de uma economia coesa e unificada para um padrão assimétrico de flutuações econômicas e um mercado regional segmentado, de modo que as diferentes dinâmicas inter e intraregionais e as conexões diretas da produção local com o mercado global tencionam o país para um processo de fragmentação dos laços de produção. O resultado é um novo padrão de desintegração nacional entre a segregação dos espaços não competitivos conectados ao mercado internacional e os espaços competitivos articulados “para fora” entregue às decisões dos *globais players*.

Se manifesta uma outra forma, função, estrutura e processo ao padrão de organização socioespacial do país, especialmente concentrados nas áreas de exploração das fronteiras agros minerais de produção, nas cidades não-metropolitanas do Centro-Oeste, Norte e no cerrado do Nordeste. Espaços estes que representam por excelência a inserção passiva do país na DIT, dispendo da abundância de recursos naturais e ampla oferta da mão de obra com baixos salários. Deste modo, se constitui uma rede urbana cada vez mais interiorizada ao espraiar o processo de urbanização para além das áreas tradicionais, concomitantemente é também uma rede urbana também cada vez mais internacionalizada visto a articulação direta entre as escalas local-global.

Há uma continuidade do lento e complexo processo de desconcentração produtiva regional, fora de centralidade da indústria, puxado pelo comércio exterior. Comandadas pelo capital internacional estas novas atividades dinâmicas não promovem uma articulação setorial e regional, e muito menos geram elementos unificadores e autônomos de crescimento do mercado interno. A adoção da política macroeconômica ortodoxa reforçou as tendências fragmentadoras pela perda de densidade do tecido produtivo industrial e redefiniu as articulações inter-regional e intersetorial.

Feito a identificação e apresentação dessas quatro linhas interpretativas histórico-estruturais de interpretações, o que se procura demonstrar é que a dinâmica regional e urbana brasileira vem assumindo feições cada vez mais complexas com a ação de múltiplos



vetores de trajetórias dispersas e heterogêneas entre si. A unidade síntese desses divergentes movimentos é a política macroeconômica ortodoxa, baseado no “tripé macroeconômico” que rege as novas determinações regionais e urbanas brasileiras. Como sintetiza Maricato (2008, p. 170): “o quadro macroeconômico determina, não totalmente, mas em grande parte, a produção e apropriação do ambiente construído”.

5. Conclusões

O trabalho entende que as exportações de produtos primários e de baixo valor adicionado se tornaram a principal variável dinâmica da acumulação brasileira, fruto da inserção subordinada do país na DIT, da manutenção do tripé macroeconômico, da desindustrialização precoce e da especialização regressiva da pauta produtiva nacional. O comércio exterior passa a vigorar como condutor da agenda econômica, alterando inclusive os rumos da indústria, da organização socioespacial do país e da articulação produtiva regional. Se promove uma desconcentração a partir do crescimento de regiões periféricas baseadas na produção e exportação de minerais, alimentos e *commodities*, definindo as cadeias produtivas e provocando a desestruturação do parque industrial e dos sistemas de produção e de conhecimento nacionais e regionais.

Macedo (2023) apresenta um novo padrão da organização socioespacial brasileira que se torna menos metropolitano, uma urbanização dispersa promovida por duas frentes: i) ascensão das cidades médias que ganharam maior projeção pela evolução das fronteiras agropecuária e mineral, como são os casos dos cerrados do Centro-Oeste e Nordeste (*commodities* agrícolas) e de regiões do Pará (*commodities* minerais), cuja articulação se dá em maior intensidade com o comércio internacional do que ao mercado interno, com potencial desenvolvimento de forças fragmentadoras; ii) crescimento de pequenas cidades do interior beneficiadas com as garantias da Constituição Federal de 1988 e com as políticas sociais e de descentralização do serviço público – saúde e educação- que estimularam maior circulação monetária e promoção do comércio e serviços locais.

Configura-se, portanto, para no século XXI uma indústria mais debilitada, com outros vetores conduzindo a dinâmica econômica. Isso se expressa tanto pela construção de uma rede urbana mais interiorizada, como uma articulação regional segmentada, com tendências de fragmentação e submissa ao mercado internacional, entregando decisões soberanas aos agentes privados globais. Em outras palavras, entre as diversas frentes de desconcentração territoriais no atual PRCEEP aquela prevalecente é direcionada pelas exportações de *commodities* agro-minerarias, que, por sua vez, tencionam as articulações setoriais e apontam para uma tendência de fragmentação produtiva regional.



Referências Bibliográficas.

ABDAL, Alexandre. Desenvolvimento Regional no Brasil Contemporâneo Para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 36, p. 106-127, 2017.

ARAÚJO, Juliana. B. Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000. **(Tese de Doutorado)** – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

ARAÚJO, TÂNIA. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. In: SADER, Emir. (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de Governos Pos Neoliberais no Brasil**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

_____. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo. F. et al (orgs.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

BORGHI, Roberto. A. Z. Growth trajectories In the globalisation era: a macrosectoral analysis of China and Brazil. 229 p. 2015. **Tese (PhD) –(Doctor of Philosophy)** - St Edmund's College, University of Cambridge, Cambridge, UK, 2015.

BRANDÃO, Carlos. A Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 2460, p. 1-52, 2019.

BREDA, Diógenes. M. transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo. O caso do Brasil entre 2000 e 2014. 2020. 217 p. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)**-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

_____. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005**. 3 ed. São Paulo, SP: Unesp, 2008.

_____. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, vol. 13, nº 2, nov. 2011.

_____. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, 2012.

_____. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 15, p. 139-174, jul./dez., 2014.

DINIZ, Clélio. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, set. 1993.

_____. Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais (ANPUR)**, v. 21, p. 241, 2019.

DINIZ, Clélio. C.; CROCCO, Marco. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, 12 jul. 1996.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desafios da Nação**. Brasília/DF, v 1. 2018.

LÉLIS, Marcos. T. C. ; CUNHA, André. M.; LINCK, Priscila. O choque nos preços das commodities e a economia brasileira nos anos 2000. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, SP, v. 39, p. 427-448, 2019.

LESSA, Carlos. Infraestrutura e logística no Brasil. In: CARDOSO Junior, José. C. **Desafios ao desenvolvimento brasileiro**: contribuições do conselho de orientação do Ipea, v 1. Brasília, DF, 2009.

LOPES, Guilherme. C. L. de A.; MACEDO, Fernando; MONTEIRO NETO, Aristides. Propostas Recentes de Mudanças nos Fundos Constitucionais de Financiamento: em curso a desfiguração progressiva da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.17, nº3, 2021.

LOPES, Guilherme. C. L. de A.; Macedo, Fernando. C.M. Propostas de Mudanças Sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento e a Desconfiguração Progressiva dos Instrumentos da Política Regional Brasileira. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 1, p. 1-77, 2023.

LOPREATO, Francisco. L. C. **Caminhos da política fiscal do Brasil**. São Paul,SP: Unesp, 2013.

MACEDO, F. C. de. Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. 286 f. **Tese de Livre-docência** – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

_____. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. **Sociedade & Natureza**, v. 25, p. 35-50, 2013.

_____. Economia, Transformações Territoriais e Infraestrutura no Brasil. **Conjuntura & Planejamento**, v. 1, p. 43-52, 2015.

_____. Desenvolvimento regional no Brasil no século XX. **(no prelo)**, 2023.

MACEDO, Fernando. C.; PORTO, L. R.. Existe uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, p. 605-631, 2018.

MARICATO, Ermínia. T. M. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In. ARANTES, Otília. B. F; VAINER, Carlos. MARICATO, Erminia. M . **A cidade do pensamento único: desmanchando consenso**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MONTEIRO NETO, Aristides.; SILVA, Raphael. Desconcentração Territorial e Reestruturação regressiva da indústria no Brasil: padrões e ritmos. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 1, p. 1-92, 2018.

MONTEIRO NETO, Aristides; SILVA, Raphael O. de; SEVERIAN. Perfil e Dinâmica das Desigualdades Regionais do Brasil em Territórios Industriais Relevantes. In: MONTEIRO NETO, Aristides (org). **Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas, Estratégias e**



Perspectivas. v. 2. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de pesquisa econômica aplicada- IPEA, 2020a

_____. Região e indústria no Brasil: ainda a continuidade da “desconcentração concentrada”? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2 (69), p. 581-607, maio-agosto 2020b.

MORCEIRO, Paulo. C. A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise de sua evolução estrutural, comercial e tecnológica. 216p. 2018. **Tese (Doutorado em Economia)** — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2018.

NASSIF, André. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 426-443, jul./set. 2015.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. et. al. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, p. 37-86, 2012a.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: OSORIO, J. et. al. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, p. 103-133, 2012b.

PACHECO, Carlos. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP: Ed. IE/Unicamp, 1998.

PALMA, José. G. Flying geese and waddling ducks: the different capabilities of East Asia and Latin America to ‘demand-adapt’ and ‘supply-upgrade’ their export productive capacity. In: **Industrial policy and development: the political economy of capabilities accumulation**. CIMOLI, M.; DOSI, G.; STIGLITZ, J. (Eds.), Oxford. 2009.

PAULA, Luiz. F. de; SARAIVA, Paulo. J. Novo Consenso Macroeconômico e Regime de Metas de Inflação: algumas implicações para o Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento** Curitiba, PR, v.36, n.128, p.19-32, jan./jun. 2015.

PIRES, Murilo José Souza. Heterogeneidade Industrial Regional: um comparativo entre as UFs da região Centro-Oeste e São Paulo. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 2681, p. 1-62, 2021.

_____. VASCONCELLOS, Ronaldo. ; QUAGLIO, Gislaïne M. ; PORTUGAL, Rodrigo . Avaliação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) do Estado de Goiás: Ensaio Metodológico. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 2730, p. 1-68, 2022.

TAVARES, Maria. C. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, José.L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**: Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.